

**MEMÓRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO  
DE ACOMPANHAMENTO DA  
MUNICIPALIZAÇÃO E CONSÓRCIOS**

- 1 **Dia:** 29 de janeiro de 2003.  
2 **Horário:** 08:30horas  
3 **Local:** Sala de reunião do Gabinete do Secretário  
4 **Coordenador:** Euclides Gonçalves  
5 **Presentes:** Lauri Ildo Linke (Cons. Intermunic. De Saúde), Irvando (SESA/ISEP), Rejane S.  
6 Tavares (SESA/ISEP), Mari Elaine Rodella (SINDSAÚDE), José Carlos Leite (SINDPREVS), Luiz  
7 Sallin Emed (CRM).  
8 As discussões da reunião ocorreram da seguinte forma:  
9 - Hoje há em todos os Consórcios facilidade de conseguir dados financeiros, dom percentuais de  
10 atendimento e investimento em área fim e na área administrativa.  
11 - Há facilidade de conseguir esses dados por conta de que todos os Consórcios estão dentro da  
12 contabilidade pública.  
13 - Não há porque refazer a auditoria o caminho é o Ministério Público. O CES não pode tomar para  
14 si o "poder de polícia"; se há irregularidades no uso do dinheiro público é preciso averiguar.  
15 - Defesa no sentido de manter os CONSÓRCIOS corrigindo as distorções existentes;  
16 - É preciso sim, definir a Política para a Média COMPLEXIDADE, incluindo aí, a política para os  
17 Consórcios;  
18 - O gestor municipal é a peça fundamental para dar transparência ao serviço ofertado e o custo  
19 do Consórcio. Os Consórcios, muitas vezes, apresentam todos os dados para os municípios  
20 consorciados.  
21 - O Estado, por sua vez, através das Regionais de Saúde deve definir a linha, direcionar as ações  
22 do Consórcio. Como também deve informar sobre a necessidade de prestações de contas aos  
23 Conselhos Municipais de Saúde.  
24 - Os Consórcios estão trazendo sugestões para a SESA/ISEP para que a SESA apoie a Associação  
25 de Consórcios:  
26 - 1) apoio logístico da SESA/ISEP em relação a Escola de Saúde Pública;  
27 - 2) ajudar na questão de RH para organizar a seleção pública/concurso público.  
28 - 3)tratar os consórcios de forma diferente, de acordo com as diferentes características (mais  
29 justiça).  
30 - 4) assessorar junto ao TCV.  
31 - Por fim, a comissão definiu que a SESA deve trazer a política que está sendo pensada para a  
32 média complexidade, em especial, para os Consórcios.